

MULHERES INVISÍVEIS: A IDENTIDADE DAS CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Bárbara Oliveira Rosa

Universidade Estadual de São Paulo

E-mail: barbarass@hotmail.com.br

Resumo: O objetivo da pesquisa é estudar sobre a identidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis, tendo como lócus de pesquisa a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (COOPERFRAN), situada na cidade de Franca/SP. A pesquisa de campo se constitui numa entrevista estruturada com as 21 trabalhadoras da cooperativa. Com os resultados, percebemos como que a questão do trabalho influencia na vida, no pensar e na identidade dessas mulheres.

Palavras-chave: Catadoras de materiais recicláveis; gênero; identidade.

Abstract: The objective of the research is to study the identity of women pickers of recyclable materials, being the locus of the research the Collectors Cooperative of Recyclable Materials of Franca and Region (COOPERFRAN), located in the city of Franca/SP. The field research constituted of structured interviews with the 21 workers of the cooperative. With the results we perceived as the issue of labor influence in life, thinking and identity of these women.

Keywords: Collectors of recyclable materials; gender; identity.

Introdução

O propósito principal dessa pesquisa é estudar a identidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis, tendo como lócus de pesquisa a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (COOPERFRAN), situada na cidade de Franca/SP. O problema da pesquisa indaga como os preconceitos de gênero e de classe social refletem na construção de uma identidade invisível ou subalterna dessas mulheres.

Recorremos à pesquisa bibliográfica e de campo e nos aprofundamos sobre as temáticas identidade e gênero; trabalhamos conceitos propondo questionamentos e reflexões sobre a identidade das mulheres catadoras. Já a pesquisa de campo se constituiu numa entrevista estruturada com as 21 trabalhadoras da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região, situada na cidade Franca, no interior do estado de São Paulo.

A inquietação com o tema – as catadoras de materiais recicláveis – surgiu com os próprios dados do site do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que afirmam que as cooperativas e associações de catadores são compostas por 70% de mulheres.

A importância de estudar a identidade das catadoras se faz na medida em que as pessoas passam a valer como coisas, por isso se faz primordial resgatar a identidade humana, de classe e de gênero. Um dos principais fatores que contribui para essa desumanização atualmente é o modo como o trabalho se constitui na sociedade.

Nesse contexto, o nosso século vem sendo marcado por intensas mudanças, diante da política neoliberal e da globalização. Segundo Soares (2000), o Estado neoliberal tem por base a informalidade no trabalho, o desemprego, a desproteção trabalhista. Frente a esse cenário, as catadoras de materiais recicláveis encontraram no lixo uma maneira de ressignificar a vida, de reinventar a si mesmas e de sustentar sua família.

Por isso, partimos do pressuposto de que a identidade se constrói pelo agir, pelo trabalho, “[...] é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pescar, pescador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar; trabalhador” (CIAMPA, 1984, p. 64). Mas não só a identidade se constrói pelo fato de serem mulheres e de terem que sustentar seus filhos sozinhas, por isso analisaremos o duplo preconceito contra o gênero e a classe social.

Desenvolvimento

○ século XXI vem sendo marcado pelo desemprego, pela flexibilização do trabalho e, em consonância a isso, se tem um aumento na quantidade de catadores de materiais recicláveis. Sujeitos que tiveram que se reciclar, precisaram aprender a sobreviver do resto, do lixo que o sistema produziu. Esses perceberam um novo caminho para sustentar sua família e para recuperar sua identidade de trabalhador, através do trabalho com materiais recicláveis e com a criação de cooperativas de catadores.

Segundo Costa (1986), há dois motivos principais que levam ao trabalho com materiais recicláveis: o fato de o trabalho ser valorizado na nossa sociedade, carregando valores positivos, de dignidade e aceitação, como também pela necessidade de sobrevivência, “[...] somente a fome faz um ser humano enfrentar situações como essas” (COSTA, 1986, p. 72).

Para além da restrição material, os catadores sofrem uma exclusão subjetiva, pois estes carregam estigmas por trabalharem com material reciclável. Para Wanderley (2002), a “exclusão social” vai além de determinações econômicas, “[...] existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas” (WANDERLEY, 2002, p. 17).

Por desempenharem uma função considerada socialmente humilde, os catadores passam despercebidos pelas pessoas, não tendo seu reconhecimento, como se fossem invisíveis. Costa (2004), ao estudar o trabalho dos garis, mostra como os serviços de baixa qualificação resultam em uma invisibilidade pública, no qual o sujeito não é visto, “[...] os garis, depois das faxinas públicas, são recolhidos como flanela suja, aquela que não deve ficar na sala de estar quando as visitas chegam” (COSTA, 2004, p. 126).

Para demonstrar essa questão, o autor se vestiu com o uniforme de gari e relata que se torna invisível, sendo que professores, alunos e funcionários da universidade da qual estudava não o reconheceram.

Entramos pela porta principal, eu e o Antônio (um dos garis). Percorremos o piso térreo, as escadas e o primeiro andar. Não fui reconhecido. E as pessoas pelas quais passávamos não reagem à nossa presença. Talvez apenas uma ou outra tenha se desviado de nós como desviamos de obstáculos, objetos. Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível, Antônio estava invisível (COSTA, 2004, p. 58).

○ uniforme fornece uma única identidade aos sujeitos, representando um “lugar social”, sob o qual eles desaparecem. ○ autor também fala sobre sentir-se invisível, sobre a sensação não existir enquanto pessoa, a substitui-

ção do se sentir “ser” para se sentir “coisa”, comparando a experiência a uma espécie de morte do indivíduo.

Outro autor que contribuiu com essa reflexão é Goffman (1982), que diz que só existe um tipo de ser humano que não tem nada do que se envergonhar na nossa sociedade, aquele que atinge o padrão burguês imposto pela mídia: “[...] um homem, casado, pai de família, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto e bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes” (GOFFMAN, 1982, p. 139). Todos os outros sofrem algum tipo de preconceito, ou, mais especificamente o termo que ele usa: estigma.

Acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como a de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica sem pensar no seu significado original (GOFFMAN, 1982, p. 15).

Assim, ao trabalhar com serviços desvalorizados na nossa sociedade, o catador não tem seu trabalho nem sua identidade reconhecida. Segundo Fraga (2007), as representações que a sociedade faz do lixo moldam a forma como os catadores são tratados. Na sociedade capitalista, o lixo simboliza “tudo aquilo que se joga fora”, “algo sujo”, “descartável” e, por ser o meio de sobrevivência dos catadores, estes sofrem preconceitos. “A visão de que o lixo significa o dispensável, a imundice, a sujidade, o que não se quer mais, o que deixa um local feio, mal cheiroso e contaminado é transferido como adjetivos para as pessoas que trabalham nessa ocupação [...]” (MENDES, 2009, p. 17).

A desigualdade social é algo presente na nossa sociedade, e vai muito além da ausência de emprego formal, da cidadania, da vida política, da legalidade jurídica, é algo valorativo, porque perpassa preconceitos e discriminações. “Uma das consequências da exclusão é certa perda de identidade, em que as pessoas e os segmentos sociais são reconhecidos apenas como os que “não são”, os que “não tem”, “não sabem”, “não fazem” (SPOSATTI, 1988, p. 45).

Portanto, o catador não tem escolha, não tem liberdade nesse sistema, fica preso a um trabalho desumano para garantir a sua sobrevivência. A exclusão é mais que uma restrição da vida material, do econômico, é mais que uma restrição da vida subjetiva, do convívio com o outro, é uma exclusão do ser, do poder ser, do viver.

Essas questões afetam diretamente a construção da identidade, já que só construímos esse mundo interno, subjetivo, que é o “eu”, a partir do mundo externo, interiorizando nossas relações, vivências, os símbolos e significados que são socialmente construídos. “Não há como construir identidade de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana [...]” (MARTINELLI, 2006, p. 11).

Portanto, o “eu” não é apenas abstrato e subjetivo, é também concreto e real. Somos seres sociais, somos autores e personagens da nossa história, não vivemos apenas passivamente, modificamos nossa vida. Estamos inseridos dentro de um contexto, de um processo histórico, isto é determinante e limitante, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de mudanças.

Assim, por meio do agir/trabalho, modificamos a realidade externa ao mesmo tempo em que construímos a nós mesmos, conferindo sentido e significado para a vida. Deste modo, o trabalho é condição natural da existência humana, é o fator que leva o ser humano a se reconhecer enquanto sujeito. Porém, o trabalho na sociedade atual não tem proporcionado condições sociais para uma identidade autêntica e emancipada, o mercado informal, flexível, afeta “[...] os aspectos mais pessoais de nossa existência” (GIDDENS, 2002, p. 9).

O indivíduo é responsabilizado pelo desemprego e este se correlaciona diretamente com a sua identidade; em um contexto de desemprego, ou que o trabalho é efêmero, a identidade também passa a ser. “Nossa inserção no mercado de trabalho quase sempre sela um destino; é um componente forte na configuração da identidade” (CIAMPA, 2007, p. 232). Porém, para Bauman (2007), a identidade hoje não mais tem a ver com o que indivíduo faz, com seu trabalho, mas sim com o que ele consome.

A resposta à questão relativa à sua identidade não é mais “um engenheiro da Fiat (ou da Pirelli)”, ou um “servidor público”, ou um “mineiro” ou um “gerente da loja Benetton”, mas, como num recente comercial descrevendo uma pessoa que usaria o prestigioso logotipo nele anunciado, alguém que “adora filme de terror, bebe tequila, usa saio escocês, é fã do Dundee United F.C., da música dos anos 1980, da decoração dos anos de 1970, viciado nos Simpsons, cria girassóis, a cor favorita é cinza-escuro, fala com as plantas” (BAUMAN, 2007, p. 114)

Essas particularidades que formam a identidade nada mais são que produtos a que se tem acesso por meio de lojas; são compradas. O ser humano se distingue ou como mercadoria ou como consumidor. Partimos do pressuposto de que a identidade é formada a partir do trabalho, pelo agir, mas esta não exclui a ideia de que o que consumimos também influencia a construção da identidade, visto que o trabalho é que vai ditar o que se consome e o modo de vida que se

leva. Os catadores de materiais recicláveis, como membros da classe trabalhadora, constroem sua identidade não a partir dos produtos que são consumidos, mas, pelo contrário, por meio dos produtos que não se tem acesso.

Para Giddens (2002) e Bauman (2005), vivemos em uma sociedade em que se escolhem os estilos de vida e isto passa a compor a identidade, porém, os pobres são os que menos têm oportunidade de escolher seu estilo de vida, ou seja, a classe social marcada pelo pauperismo não tem condições de escolher sua própria identidade.

[...] negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidas por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que este-reotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...] (BAUMAN, 2005, p. 44).

É complementa ao dizer:

A “subclasse” é um grupo heterogêneo de pessoas que - como diria Giorgio Agamben – tiveram o seu “bios” (ou seja, vida de um sujeito socialmente reconhecido) reduzido a “zoe” (a vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas) (BAUMAN, 2005, p. 46).

Essa situação se agrava quando o pauperizado é do sexo feminino. Muitas vezes a identidade feminina se constrói na sombra da identidade masculina. Para além disso, a mulher possui menores chances de se realizar em seu trabalho. Segundo Hirata (1998), o crescimento do trabalho feminino traz como consequência: “[...] menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde” (HIRATA, 1998, p. 19).

[...] a situação evidente e generalizada segregação da mulher aos piores postos de trabalho, a pior remuneração e a ausência de mobilidade social nas atividades ditadas femininas. A maioria das mulheres estão vinculadas às atividades informais e, portanto, de modo geral, mais sujeitas às flutuações de demanda e crescimento da concorrência por parte de outros trabalhadores transferidos do setor formal para o informal da economia que se dá na época atual (CARVALHO, 1998, p. 85).

As mulheres acabam ocupando os trabalhos subalternos, informais, além da jornada dupla, de tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, que recaem apenas “nos ombros” delas, como se apenas as mulheres fossem responsáveis em cumprir com essas obrigações. Essa situação se agrava quando a mulher vive sozinha com seus filhos. Segundo Carvalho (1998), as mulheres que chefiam famílias experimentam uma sobrecarga de afazeres que as direcionam para trabalhos mal remunerados e, conseqüentemente, uma vulnerabilidade econômica que afeta toda família.

A realidade tem mostrado que, se, por um lado, cresce o número de domicílios no qual a mulher tem papel fundamental na manutenção econômica, com ou sem presença do marido/companheiro, por outro, ela ainda é na maioria das casas a responsável pela esfera doméstica. Esta situação se agrava entre as mais pobres, pela absoluta falta de acesso a formas de apoio, como creches, escolas em período integral, sistema de saúde de qualidade, moradias dignas e demais fatores que poderiam aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico (CARLOTO, 2006, p. 146).

O que acaba “empurrando” as mulheres para esses trabalhos precários é o preconceito contra as mesmas, pois “[...] o processo de feminização do trabalho tem um claro sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas de modalidade de exploração no trabalho” (NOGUEIRA, 2004, p. 94).

Para pensarmos nessa identidade feminina subalterna, temos que esclarecer o que é gênero. É necessário perceber que este não é sinônimo de mulher, ou apenas uma diferenciação sexual, este é uma representação social, um conceito construído coletivamente no imaginário das pessoas do que é ser homem e do que é ser mulher e que, consequentemente, influencia na relação entre sexos.

É importante também enfatizar que, com o surgimento e a expansão do conceito gênero – como “sexo socialmente construído”, ou seja, como práticas sociais de gênero onde se incluem símbolos, representações, normas e valores sociais, que a sociedade constrói a partir da “diferença sexual”, ou seja, como objeto de estudo bem mais amplo e complexo – vislumbram maiores possibilidades para a compreensão e explicação da subordinação feminina – dominação masculina como um sistema de poder (OSTERNE; GEGLEN, 2005, p. 164).

Por isso, para Scott (1995), o gênero é um saber, um conhecimento sobre as diferenças sexuais. Para ela, o gênero estaria em uma relação imbricada a relações de poder: há um poder ideológico para manutenção de uma hierarquia, para reproduzir preconceitos contra as mulheres, como se essas fossem inferiores, subordinadas aos homens, “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Já para Safiotti (2004), o gênero pode estar a serviço da opressão, ou da igualdade. Assim não pode ser considerado um conceito neutro. Para ela o conceito de gênero vai além do patriarcado, justificando que o gênero existe junto com a humanidade e o patriarcado seria uma consequência do capitalismo, ou seja, um fato recente. Porém, se deve ter cuidado na desconstrução do conceito de patriarcado, pois “tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial

como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFIOTTI, 2004, p. 136).

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFIOTTI, 2004, p. 116).

Outra pensadora que contribuiu com os estudos de gênero foi Beauvoir (1949). Esta afirma que foram os homens que sempre escreveram e estudaram sobre a natureza humana, por isso estes adotaram o masculino como o correto, o padrão, “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (BEAUVOIR, 1949, p. 72). Nessa perspectiva, a autora acredita que para se ter uma igualdade verdadeira, a mulher não deveria fazer o mesmo que os homens, nem aceitar os estereótipos que a sociedade lhe atribui, de passividade, de subalternidade, tendo em vista que muitos desses padrões impostos são inatingíveis.

Assim, “[...] em todo lugar, em tudo, os discursos, os valores, os sonhos e os desejos masculinos são lei” (IRIGARAY apud BUCKINGHAM; BURNHAM, et al, 2011, p. 320). Deste modo, as mulheres passam a depender “[...] do homem, inclusive para firmar sua identidade” (OSTERNE; GEGLEN, 2005, p. 157). Por isso, para se ter uma igualdade de fato, deve-se buscar uma existência, uma identidade autêntica; precisamos descobrir maneiras autenticamente femininas de viver, de se expressar, de falar, de sonhar, de desejar.

Resultados

Dos 31 catadores da cooperativa COOPERFRAN, 80% são do sexo feminino e 20% são do sexo masculino. Com esses dados, podemos perceber que as mulheres estão inseridas em tarefas subalternas, trabalhos precários, nos postos de menores remunerações.

Através dos resultados obtidos na pesquisa de campo, realizada apenas com as trabalhadoras da cooperativa, percebe-se que estas moram sozinhas com os filhos, pois apenas 24% delas têm um companheiro/marido e 76%, a grande maioria, vive sozinha, com filhos, sendo que 96% têm filhos e apenas 4% responderam não terem filhos.

Essas mulheres cuidam sozinhas de seus filhos, sem ajuda de outro adulto, além do que também podemos perceber que a identidade materna ainda é

uma marca feminina. Segundo Chauí (1998), ainda hoje, mesmo que em concepções mais diluídas, se acredita em uma “natureza feminina”, uma “natureza materna”, que deriva em um “instinto materno”, “amor materno”, como coisas naturais e não construídas.

Um dos marcadores mais importantes da identidade feminina é, sem dúvida, a maternidade. A condição de mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos parece uma imposição da ordem da natureza, limita as oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória (AZEREDO, 2010, p. 84).

A principal renda da casa dessas mulheres é a sua própria renda como catadora na cooperativa, como respondeu a maioria, 72%. E 28% das catadoras responderam que a principal renda da casa é de outras pessoas do lar.

Assim pode-se traçar o perfil social dessas catadoras. Elas são mulheres, “chefes de família”, ou seja, são mulheres que moram sozinhas com seus filhos, sendo as únicas responsáveis economicamente e emocionalmente pelo lar.

Também com a pesquisa de campo, conseguiu-se constatar que 92% das mulheres entrevistadas realizam atividades domésticas; 8% responderam que não, que têm outra pessoa que faz isto para elas, geralmente outra mulher: uma filha, a nora, a cunhada. Desde modo, constatamos que praticamente todas têm uma jornada dupla de trabalho doméstico e trabalho remunerado.

A questão do gênero pode ser vislumbrada também nos trabalhos que estas realizavam antes de trabalhar na triagem do material reciclável, tendo em vista que 40% faziam algum serviço relacionado ao âmbito doméstico: faxineira, empregada doméstica, diarista e do cuidado de crianças. 12% eram donas de casa, antes de irem para a cooperativa. Desse modo, 52% das catadoras faziam algum trabalho relacionado aos estereótipos femininos, que são serviços de limpeza, cuidado com crianças etc., sendo que as outras 48% vieram de áreas diversas, como setor rural, calçadista, entre outros.

56% das trabalhadoras relataram que entraram na cooperativa porque se encontravam desempregadas, e 44% alegaram outros motivos. Dentre elas, uma alegou que entrou na cooperativa porque se separou do marido, outras duas cooperadas relataram que procuraram a cooperativa porque o marido estava desempregado, o que acaba demonstrando como o homem influi nas questões objetivas da vida da mulher, como, por exemplo, se esta vai trabalhar ou não.

Considerações finais

Concluí-se com os relatos que as problemáticas explicitadas pelas catadoras ultrapassam o âmbito do trabalho. Falta na vida dessas mulheres uma política pública realmente voltada para a emancipação feminina. Estas não têm apenas o direito ao trabalho, mas também os direitos trabalhistas e estes são desrespeitados. Não têm acesso aos direitos sociais básicos, como creche, educação, saúde, o que acaba prejudicando ainda mais a situação da trabalhadora, aumentando sua opressão e exploração.

○ que poderia de fato gerar impacto na perspectiva de gênero e no enfrentamento das condições de pobreza, sobretudo nas famílias cuja responsabilidade econômica não é partilhada, é o acesso a equipamentos sociais de qualidade, como creches, escolas em tempo integral, serviço de saúde, entre outros que poderiam aliviar a carga de trabalhos domésticos e gerar melhores oportunidades de vida, emprego e rendimentos (AZEREDO, 2010, p. 586-587).

Portanto, a questão de gênero não só afeta a dificuldade de se inserir no mercado formal, como conduz estas mulheres a trabalhos precários, subalternos. E isso relaciona-se a todos os aspectos de suas vidas. A desqualificação do trabalho de catadoras de materiais recicláveis influencia na sua vida, no seu pensar e na sua identidade.

Assim, percebemos que há um interesse ideológico por trás da identidade, há uma questão política. Quanto menos identidade o sujeito tiver, melhor; quanto menos identidade com a classe social, com as relações de gênero e com os outros seres humanos, mais fácil de manipular. A categoria ocupacional que vive do trabalho, as mulheres que sofrem com o patriarcalismo e com o machismo, as catadoras de materiais recicláveis, chefes de família, que vivem sem acesso aos direitos sociais e trabalhistas vivem em situação de pauperismo e apenas sobrevivem. ○ que vem sendo subtraído dessas mulheres é a possibilidade de viver e de ser.

Referências

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres.

Revista serviço social e sociedade, São Paulo, nº 103, setembro de 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

----- **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. 10. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

- BUUCKINGHAM, W. BURNHAM, et al. (Org). **O Livro da Filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.
- CARLOTO, C. M. Ruptura ou esforço da dominação: gênero em perspectiva. In: GODINHO, T. SILVEIRA, M.L. (orgs.) **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo, 2004. P 149-156
- CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, nº57, julho de 1998, p. 85.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**, 4. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1995.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: W. Codo. S. T. M. Lane (Orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (58-75)
- **A estória do Severino e a historia da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- COSTA, I. F. S. **Do lixo também se vive: origem e reprodução de comerciantes e catadores do lixo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Ed. Massanagana, 1986.
- COUTINHO, C.P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2014.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papyrus, 2001.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008. v.6
- FRAGA, A. B. O trabalho de quem vive do lixo: desigualdade social e suas dimensões simbólicas. **Revista Polêmica**, v. 22, p. 1-5, 2007.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 83-92, 2007.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista latinoamericana de estudos do trabalho**, São Paulo, ano 4, n.7, p.5-27, 1998

- MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- MENDES, R. de C. L. **Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo**. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MNCR - **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Setor de Comunicação, publicado em: 21 mar 2014. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas Acesso em: 16 jul. 2013.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho – entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OSTERNE, M. do S; GEGLIN, V. A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças. **Revista serviço social e sociedade**, São Paulo, nº 84 novembro 2005, p. 164.
- SAFIOTTI, H. I. B. **Gênero e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e realidade**, v. 20 nº 2. Gênero e Educação. Julho dezembro. 1995.
- SPOSATI, A. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo, Cortez, 1988.
- SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- VIELA, J. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. Lisboa: Sílabo, 2009.
- WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. p 16-49 In: SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: vozes, 2002.

Recebido em 20 de fevereiro de 2014

Aprovado em 8 de julho de 2014